

**RE nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.605 - RJ  
(2019/0114833-2)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : JOAO ALVES DE FIGUEIREDO  
**ADVOGADOS** : SÉRGIO MAURÍCIO ALMEIDA DE ARAÚJO - RJ039508  
GABRIEL LIMA DE ARAUJO - RJ211422  
**RECORRIDO** : JOSE EURICO CORREIA PIRES  
**RECORRIDO** : MARIA DO CARMO OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : EDSON GOMES BRAGA - RJ012240  
PAULO PEIXOTO GONÇALVES - RJ063828  
LEISE DE SOUZA SOARES GONÇALVES - RJ119166  
**INTERES.** : CONFEITARIA CAVE LIMITADA  
**INTERES.** : SAMUEL CARTAXO FILIPE  
**INTERES.** : MANUEL DA SILVA LORENZO  
**INTERES.** : FLAVIO FERREIRA DA COSTA  
**ADVOGADOS** : ELAINE SUTTER TAVARES FINAMOR - RJ051200  
SÉRGIO MAURÍCIO ALMEIDA DE ARAÚJO - RJ039508  
GABRIEL LIMA DE ARAUJO - RJ211422

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO  
CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NÃO  
EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA  
SÚMULA 281/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JOÃO ALVES DE FIGUEIREDO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, que negou provimento ao agravo em recurso especial (fls. 1.483/1.484).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.509/1.510).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.514/1.525), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que a decisão carece de fundamentação idônea, incorrendo em negativa de prestação jurisdicional.

Não foram apresentadas as contrarrazões (fl. 1.532).

O despacho de fl. 1.534 determinou a comprovação do preparo recursal, tendo a parte recorrente postulado, às fls. 1.536/1.540, a extensão do benefício da gratuidade de justiça.

É o relatório.

De início, em face dos documentos de fls. 1.541/1.543, concedo à parte recorrente a gratuidade de justiça. Anote-se.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto

contra decisão monocrática desta Corte, quando ainda cabível o manejo do agravo interno/regimental para julgamento pelo respectivo colegiado.

Ocorre, porém, que, nos termos do artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal o julgamento, mediante recurso extraordinário, das causas decididas em única ou última instância.

Dessa forma, diante da ausência de esgotamento das vias recursais nesta instância especial, forçoso reconhecer a incidência do Enunciado 281 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, *verbis*:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes de ambas as Turmas do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ. ESGOTAMENTO DAS VIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 281/STF. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Cumpre ao recorrente esgotar todos os recursos ordinários cabíveis nas instâncias ordinárias. No caso, o Recurso Extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, do Superior Tribunal de Justiça, nos autos do RESP 1.334.254/BA, o que atrai o óbice descrito na Súmula 281/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.113.708 AgR, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 29/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-153 DIVULG 31-07-2018 PUBLIC 01-08-2018)

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois ainda era cabível a interposição de agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC). 3. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC, pois não houve condenação do agravante em honorários advocatícios. (ARE 1.048.180 AgR, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 30/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 10-08-2017 PUBLIC 14-08-2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente